



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS
DA EDUCAÇÃO**

CÍCERO PEDROZA DA SILVA

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE CULTURA POPULAR NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO POPULAR NO LITORAL SUL DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

CÍCERO PEDROZA DA SILVA

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE CULTURA POPULAR NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO POPULAR NO LITORAL SUL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Fundamentos da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica Pessoa da Silva

Linha de Pesquisa: Educação do Campo e sua inserção na agenda política educacional.

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586c Silva, Cícero Pedroza da
Comunidades Quilombolas: práticas pedagógicas de cultura popular na perspectiva da educação popular no litoral sul da Paraíba [manuscrito] : / Cícero Pedroza da Silva. - 2014.
56 p. : il.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró- Reitoria de Ensino Técnico, Médio e Educação a distância, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva, Departamento de Educação".

1.Educação Popular. 2.Pesquisa-Ação. 3.Comunidade Quilombola. 4.Práticas Educativas. I. Título.

21. ed. CDD 370.115

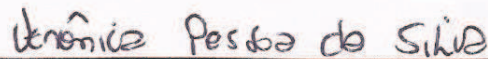
CÍCERO PEDROZA DA SILVA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS: práticas pedagógicas de Cultura Popular na perspectiva da Educação Popular no litoral sul da Paraíba

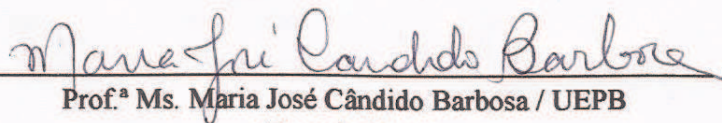
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19 de Julho de 2014.

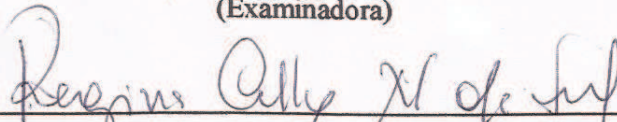
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Verônica Pessoa da Silva / UEPB
(Orientadora)



Prof.^a Ms. Maria José Cândido Barbosa / UEPB
(Examinadora)



Prof.^a Ms. Regina Celly Nogueira da Silva / UEPB
(Examinadora)

Aos meus filhos, Caio e Ciro, e à minha
companheira, Daniele Cely, pois tenho como
fortaleza para minha existência a vida de vocês
três, DEDICO

AGRADECIMENTOS

À minha *Mãe*, Eugênia Gomes Pedroza, pelo único suporte familiar.

A minha orientadora Prof.^a Dra. Verônica Pessoa da Silva pelo apoio nesse trabalho e por todas outras ações que realizamos ao longo de nossas vidas em prol do povo do campo

À Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação da UEPB, pela colaboração e por possibilitar minha formação para o espírito científico.

A todos os alunos do Programa de Pós-graduação em Fundamentos em Educação, em especial aos que fizeram parte da turma 13, pela longa e difícil caminhada percorrida.

Aos meus alunos e aos profissionais do Coletivo Aquatune Pré-Vest da Escola Lina Rodrigues do Nascimento, no quilombo de Gurugi e do PETI do Quilombo de Ipiranga.

A todos os participantes da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES, por contribuírem para a realização desta pesquisa.

Ao maravilhoso povo dos quilombos de Gurugi e Ipiranga, por me ensinarem o que é verdadeiramente a cultura popular.

Ao grupo de cultura popular “Coco de Roda Novo Quilombo”, por me ensinar o que é verdadeiramente a educação popular.

A todos os amigos que tenho fora dos muros da UEPB, pela grande troca de experiência e a execução dos princípios que estabelecem a cidadania e os direitos humanos.

Agradeço, enfim, à força maior que intimamente concebo por *DEUS*.

*Ê meu pai quilombo, esse povo é quilombola
A nossa luta, é todo dia, toda hora
Ê meu pai quilombo, viva ao povo quilombola
A nossa luta, é todo dia, toda hora
Ê meu pai quilombo, eu também sou quilombola
A nossa luta, é todo dia, toda hora
Ê meu pai quilombo, esse povo tem história
A nossa luta, é todo dia, toda hora.*

(Coco de Roda Novo Quilombo)

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAAL – CONSELHO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DA AMÉRICA LATINA

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

FCP – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

INCUBES – INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LDB – LEI DE DIRETRIZES DE BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL

UEPB – UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

PRÉ-VEST – CURSO PREPARATORIO PARA O ENEM DO COLETIVO AQUATUNE

PPGE – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PRAC – PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIO

PIBIC – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROEXT – PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA

RESUMO

O presente estudo, intitulado “COMUNIDADE QUILOMBOLA: práticas pedagógicas de Cultura popular na perspectiva da Educação Popular no litoral sul da Paraíba” tem como objetivo analisar a contribuição histórica, cultural social e política da comunidade quilombola de Ipiranga no Conde-PB, para a construção de práticas educativas na perspectiva freireana de Educação Popular. Situada, metodologicamente, nos preceitos da abordagem qualitativa de pesquisa, enquanto pesquisa-ação, investiga um território quilombola de muitas lutas e fatos sociais relevantes à história da Paraíba, especificamente do litoral Sul no vale do Gramame. Para sua efetivamos, nos engajamos como participantes na ação educativa com o Coletivo Aquatune e com a Associação de Moradores de Ipiranga, tendo em vista que os sujeitos da nossa pesquisa são os educandos e os moradores do território quilombola de Ipiranga. Utilizamos como instrumentos de pesquisa; a observação sistemática com filmagens e cobertura fotográfica do quilombo para auxiliar na reflexão da pesquisa-ação. Como técnica para a coleta de dados, fizemos uso da análise de conteúdos, a partir das filmagens e das fotos constituídas durante a pesquisa de campo. Buscamos desenvolver uma análise crítica da observação sistemática do território quilombola e da Escola Lina Rodrigues, lócus de nossa pesquisa, considerando o crescimento populacional das comunidades para melhor interpretar a realidade, sobretudo no que se refere à conexão de saberes existentes entre a cultura popular e as práticas de Educação Popular do quilombo de Ipiranga no Conde-PB.

Palavras-chave: Educação Popular. Pesquisa-Ação. Comunidade Quilombola. Práticas Educativas.

ABSTRACT

The present study, entitled "COMMUNITY QUILOMBOLA: pedagogical practices of Popular Culture in Popular Education perspective on the south coast of Paraíba", has as its central objective to analyze the historical, cultural, social and political contribution of the community from Ipiranga in Conde -PB for construction of educational practices in Freirean perspective of Popular Education. Situated, methodologically, in the precepts of qualitative research approach, while action research, investigates a quilombola territory of many struggles and relevant social facts _ to the history of Paraíba, specifically in the South coast of Gramame valley. Order to be effective, we engage as participants in the educational action with the Aquatune Collective and the Association of Residents of Ipiranga Association, considering that the subject of our research are the students and the residents of the territory quilombola of Ipiranga. Used as research tools; systematic observation with filming and photographic coverage of the Quilombo to assist in the reflection of action research. As a technique for data collection, we used the the analysis of contents from the shoot and the photos made during the field survey. We seek to develop a critical analysis of the systematic observation of quilombola territory and Lina Rodrigues School, locus of our research, considering the population growth of the communities to better interpret reality, particularly with regard to the connection of existing knowledge between popular culture and Popular Education practices in the quilombo of Ipiranga in Conde-PB.

Keywords: Popular Education. Action Research. Quilombo community. Educational Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Alunos da Escola Municipal Lina Rodrigues-PB dançando Coco de Roda.	26
Figura 2 – Dança do Coco de Roda – Novo Quilombo-PB.	27
Figura 3 – Rio Gurugi, fonte de riquezas das comunidades quilombolas de Gurugi e Ipiranga no município do Conde-PB.	28
Figura 4 – Dona Lenita, mestra do Coco de Roda – Novo Quilombo-PB.	29
Figura 5 – Encontro de gerações no Coco de Roda Novo Quilombo-PB.	31
Figura 6 – Comunidade Quilombola de Ipiranga e pesquisadores da Incubes.....	32
Figura 7 – Saias rodadas das alunas da Escola Municipal Lina Rodrigues-PB e integrantes do Coco de Roda.	35

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	12
2 PERCURSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DO ESTUDO: A PESQUISA-AÇÃO COMO CAMINHO	14
2.1CULTURA POPULAR E COCO DE RODA	19
2.2 CULTURA POPULAR NO BRASIL	19
2.3 CULTURA QUILOMBOLA E A ORIGEM DO COCO DE RODA: CENAS DO BRASIL E DA PARAÍBA	22
3.1 COCO DE RODA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IPIRANGA NO CONDE- PB	28
3.2 ELEMENTO CONSTITUINTE DA EDUCAÇÃO POPULAR COM O DIÁLOGO	42
3.3 A EDUCAÇÃO POPULAR HOJE: desafios e perspectivas	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A investigação apresentada, por meio deste trabalho de conclusão de curso, tem constituído minha trajetória acadêmico-profissional, desde a graduação em Filosofia, tanto na licenciatura como no bacharelado, momento em que tive a oportunidade de participar de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), na área da Educação, cujo plano de trabalho denominava-se “A Implementação da Biblioteca Digital Paulo Freire”.

É, neste contexto, que surge a conexão de saberes existentes entre minha formação filosófica e a filosofia da educação freireana e, dessa junção, se desenvolveu minha monografia de conclusão do curso de graduação, cujo título é “O Ensino de Filosofia como uma Experiência Filosófica: da *Práxis* Socrática a Filosofia da Educação freireana”. Posteriormente, minha relação com o universo da *práxis* existente na educação, aprofunda-se, quando integrei, como aluno especial, o componente “Educação Popular e Economia Solidária”, ofertado no PPGE no período letivo de 2011.2.

Esta oportunidade me levou às discussões de assuntos referentes à educação popular, ao ensino de Filosofia à Economia Solidária, à pesquisa-ação e às manifestações culturais existentes como práticas educativas formais e informais. Este processo me levou a evidenciar um olhar ainda mais diferenciado, sobretudo nas práticas que desenvolvo no município de Conde-PB, onde atualmente sou professor do quadro efetivo do governo estadual na educação básica, tendo como foco de atuação a Educação de Jovens e Adultos, acreditando que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, esses fazeres se encontram um no corpo do outro” (FREIRE, 1998, p. 32), se avolumaram, sobretudo, quando me aproximei da realidade dos alunos afros descendentes, a partir de uma feira de ciências realizada na Escola Estadual João da Cunha Vinagre, no município de Conde - PB. Na oportunidade, como culminância nesta atividade, que sugeri a esses alunos uma tomada de fotografias sobre o cotidiano deles, a partir das variadas fotos registradas, tanto por celulares quanto por máquinas fotográficas. Ao avaliar os resultados deste trabalho, uma foto em especial chamou a minha atenção: a fotografia do grupo de cultura popular “Coco de Roda Novo Quilombo”, dos remanescentes de quilombolas do Ipiranga no Conde-PB. Então, com ajuda dos alunos, fui a campo e me descobri um universo rico em cultura afro e saberes populares em dois Quilombos com mais de 200 anos de existência e, principalmente com a história da formação do povo paraibano do Litoral Sul. Nessa relação com a comunidade entrei em contato com objeto de estudo desta pesquisa-ação, o Coco de Roda Novo Quilombo, manifestação do

grupo de cultura popular da comunidade Quilombola Ipiranga-PB, que regularmente organiza a festa do Coco de Roda, a qual reúne mais de 300 pessoas, entre brincantes e simpatizantes.

Estas vivências fomentaram minha percepção de pesquisador, ao propor este Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização. Desse modo, a presente monografia encontra-se estruturada em três Capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos o percurso histórico e metodológico da presente pesquisa-ação, realizado no território quilombola.

No segundo capítulo, apresentamos o debate sobre Cultura Popular e Coco de Roda, no Brasil, situando também a cultura quilombola e a origem do Coco de roda na Paraíba, especificamente no quilombo de Ipiranga no município de Conde-PB

No terceiro capítulo, destacamos a Educação Popular, nos seus aspectos históricos, bem como evidenciamos seus elementos constituintes, elucidando, a partir disto, os desafios e as perspectivas que a Educação Popular enfrenta na contemporaneidade.

Por fim, apresentamos as considerações conclusivas a que foi possível chegar, considerando o percurso metodológico e os objetivos propostos.

2 PERCURSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DO ESTUDO: A PESQUISA-AÇÃO COMO CAMINHO

A opção teórico-metodológica deste estudo emerge da construção da cultura popular, e da Educação Popular como objetos de estudos, sobretudo quando da elaboração do nosso projeto para seleção de mestrado do PPGE e, posteriormente, da participação na seleção do Curso de Especialização ofertado pela UEPB, nos quais assumimos como objetivo analisar a contribuição histórica, cultural social e política do Grupo “Coco de Roda Novo Quilombo”, da comunidade quilombola de Ipiranga no Conde-PB no favorecimento das conexões entre os saberes históricos dessa cultura popular e a Educação Popular na perspectiva freireana.

Cabe salientar que, metodologicamente, este estudo, optou por realizar uma pesquisa-ação pelo fato estarmos inserido em um Projeto de intervenção desenvolvido por meio do Proext 2013, denominado “Programa de Etnodesenvolvimento: ações otimizadoras para desenvolver o potencial econômico-cultural das comunidades quilombolas do Gurugi e Ipiranga-PB”. O mesmo visava à formação das identidades e a valorização do território, sobretudo para os sujeitos remanescentes de quilombolas que estudam na Escola Municipal Lina Rodrigues.

Como fio condutor do nosso estudo estão os conceitos teóricos e instrumentos metodológicos próprios da pesquisa-ação, que dão conta dos fenômenos de emergência étnica, juntamente com as relações inter-étnicas inclusas e, mais especificamente, relacionadas ao caso da comunidade de remanescentes de Quilombo do Ipiranga, localizada no Litoral Sul do estado da Paraíba, no município de Conde. Nesta localidade estão os protagonistas desta pesquisa-ação, abordagem relevante à pesquisa científica por propiciar o engajamento das classes populares e a ampla interação entre os sujeitos pesquisados e os demais participantes.

Assim, considerando a relevância e o aumento das produções acerca desta perspectiva metodológica,

Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte: a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1994, p. 14).

Uma das possibilidades da pesquisa-ação é produzir conhecimento sobre a problemática investigada se dá na aquisição de experiência por parte dos sujeitos envolvidos

no processo, fazendo avançar em um dado debate, discussão ou embate sempre buscando o envolvimento orgânico com um processo social que possibilita obter informações específicas, diferentemente dos processos padronizados. Os saberes populares advindos deste processo são levados a sério, pois o que se deseja é saber algo, saber que se sabe algo e saber como saber que se sabe algo e, assim, a pesquisa-ação vai agregando várias técnicas de pesquisa social, trazendo como sua maior exigência à ação dos sujeitos da situação investigada. Constitui-se de formas, técnicas e modos próprios de resolver problemas e organizar ações, nunca esquecendo a questão central que é a produção do conhecimento. Desenvolve formas de argumentação e de raciocínio que valorizam as regras lógico-formais, tanto com base em critério estatístico, para alternativas de flexibilidade no raciocínio, quanto com base em hipóteses e situações comunicativas, para compreender uma linguagem e conhecer a natureza discursiva do que está sendo dito sobre os valores de verdade histórica para a resolução de problemas atuais. Neste sentido, Na pesquisa-ação, os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função do problema (THIOLLENT, 1994, p. 17).

Assim, conforme sustenta este autor, devemos entender o conhecimento como uma aproximação da realidade tomando como referência as ideias plausíveis que têm sentido, acreditando nas suas previsões, reconhecendo que estas não estão baseadas, necessariamente, em cálculos variáveis de ordem subjetiva, mas respeitando o padrão convencional da pesquisa social com seus esquemas hipotéticos com base estatística. Nesta abordagem, a experimentação só é considerada válida quando os resultados são idênticos, independentemente dos pesquisadores que realizam, estabelecendo a regularidade das leis e teorias explicativas da realidade.

E, dessa forma a categoria *Cultura Popular* irá nortear todo o processo dessa pesquisa-ação, com diferentes níveis no local com os indivíduos, grupos, movimentos de classe e as instituições públicas com seus aspectos quantitativos, utilizando dos recursos estatísticos clássicos, com técnicas de amostragem e os aspectos qualitativos.

A nosso ver, na pesquisa-ação se devem manter algumas condições de pesquisa e algumas exigências de conhecimento associado ao ideal científico que, contrariamente a uma certa opinião corrente, não se confunde com o positivismo ou qualquer outra circunstância ideológica da ciência (Ibidem, p. 20).

Relacionando sempre conhecimento e ação, na produção do conhecimento aos campos econômico, político e social e, dando sentido as ações realizadas é que o conhecimento

produzido possibilitará o estabelecimento de condições para a transformação da realidade favorecendo a possíveis níveis de mudanças locais. Todavia, a transformação da sociedade global requisita ao pesquisador encarar a questão da ação transformadora como necessidade de clareza dos objetivos de conhecimento e, de ações para definir as disponibilidades de recursos materiais e intelectuais existentes no momento atual do processo de pesquisa-ação.

Numa pesquisa-ação sempre é preciso pensar, buscar ou comparar informações, articular conceitos, avaliar resultados, elaborar generalizações e etc. Todos esses aspectos constituem uma estrutura de raciocínio subjacente a pesquisa (THIOLLENT, 1994, p. 27).

Na pesquisa-ação, recomenda-se que se mantenha, sempre, a função política em prol dos valores e do fortalecimento dos grupos, na construção de estratégias nas relações que os sujeitos estabelecem com seus oponentes, respeitando as indagações acerca dos valores que operam mediante a ação planejada. Resguardadas as questões de acerca das concepções que regem a pesquisa-ação, algumas regras de conduta devem existir, pois todas as partes têm direito de interromper a experiência, caso os objetivos estabelecidos não sejam respeitados. Defende-se ainda que nenhuma das partes possa restringir a divulgação dos resultados. De acordo com Richardson

O pesquisado deve ajudar a criar um ambiente de confiança entre ele, os integrantes e a comunidade. Deve conscientizar os membros do grupo, no sentido de uma responsabilidade compartilhada por todos os integrantes (RICHARDSON, 2003, p. 155).

Em nossa trajetória, iniciamos nossa escolha a partir das delimitações para pensar o convívio escolar, social e cultural da comunidade envolvida nesse estudo. Sendo assim, o objeto de estudo dessa pesquisa está situado na manifestação cultural do Coco de Roda Novo Quilombo, em Ipiranga e, na forma de pensar do educando jovem e do adulto. Por isso, tem como foco a manifestação da educação popular na realidade da dança do Coco de Roda, em uma abordagem teórico-crítica, acerca do universo cultural do “Coco de Roda” e de todos, tanto na sala de aula quanto nas aulas ao ar livre no contexto da comunidade envolvida. Ou seja, ao mesmo tempo em que analisaremos se o Coco de Roda expressa conexões entre saberes históricos dessa cultura popular e da própria educação popular, também analisaremos a influência do projeto de intervenção que estamos desenvolvendo na Escola Municipal Lina Rodrigues, baseado no estudo humanístico e filosófico na esfera do conhecimento, centrado na Educação Popular. Esta opção transita por uma nova linguagem filosófica, cuja função

possibilita a compreensão e a interpretação de ser cidadão. Sendo assim, temos que acompanhar essas transformações, pois a educação do nosso país precisa da filosofia para manter vivos os valores éticos, morais, culturais, sociais e genealógicos da sociedade, bem como da educação popular para valorizar os saberes populares e a indissociabilidade entre educação e política.

Neste sentido, essa pesquisa-ação possibilita a todos os jovens e adultos uma busca de conceitos fundamentais como virtude, justiça, cidadania, dignidade humana e espírito de equipe. A filosofia tem a responsabilidade de possibilitar a integração entre os humanos e a autonomia, favorecendo ao exercício da autonomia na busca pela libertação de todas as formas de opressão.

A filosofia, nos moldes de seu paradigma mais contemporâneo, oferece aportes para reflexão sobre as questões de etnodesenvolvimento que permeiam o recorte dessa pesquisa-ação. Assim, possibilitar a investigação desse objeto de estudo (o Coco de Roda), unindo a filosofia e a *práxis* em discussões que possam ancorar a valorização das representatividades do território e a formação de identidades autônomas em sua própria cultura, desconstruindo conceitos criados por uma classe dominante em detrimento dessa cultura popular, nos estimula para o reconhecimento da necessidade de aprofundar as discussões sobre essa temática, a partir do convívio na sala de aula, precisamente nas aulas de filosofia, as quais remetem os estudantes, originários da cultura afro-descendentes, aos conflitos de identidades, gerados pelas questões étnicas raciais e socioeconômicas na história das matrizes que construíram o povo brasileiro.

Contudo, muitos se sentem desestimulados a participar do processo ensino e aprendizagem, ocasionando, além da evasão, uma construção imaginária que a educação não serve como meio de formação identitária. Sendo assim, alguns desses sujeitos não acreditam que a educação possa favorecer a valorização dessas minorias. Enquanto isso, outros veem nas aulas de filosofia a possibilidade de estabelecer discussões acerca desse assunto, instaurando na sala de aula espaço público capaz de levantar discussões sobre sujeitos considerados “invisíveis” por nossa sociedade, em muitas situações.

Nesse contexto, o ensino de Filosofia está em processo de reintrodução, visando o ensino crítico e oferecendo às crianças, aos jovens e aos adultos a possibilidade de entender melhor o mundo, o ser e o outro, no universo social em que vivem. Sendo assim, a ação proposta pelo nosso projeto de intervenção visa contribuir com uma formação para o exercício da cidadania.

Portanto, como nossa pesquisa tem como objeto de estudo o Grupo “Coco de Roda Novo Quilombo”, abordar aspectos qualitativos sobre sua realidade histórica, social, econômica e cultural. Entretanto, apesar disto, faremos uso de dados quantitativos da Escola Municipal Lina Rodrigues, outros divulgados pelo INCRA e obtidos nas pesquisas do IBGE, objetivando contextualizar a realidade Quilombola de Ipiranga também em números, visto que, como dissemos inicialmente, o universo da pesquisa a ser investigado é um território Quilombola da Paraíba, especificamente do litoral Sul no Vale do Gramame.

Nossa inserção enquanto participante do projeto de Educação da Escola Lina Rodrigues. No processo de coleta de dados, faremos uso de instrumentos e técnicas, tais como: a entrevista com roteiro semiestruturado, o grupo focal acompanhando o uso de filmadora e formulário para identificação do perfil dos entrevistados do grupo, a observação sistemática e uma cobertura fotográfica do quilombo, para auxiliar na reflexão da pesquisa-ação. Assim, como afirma Thiollent (1994, p. 19), “a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com a coletividade do pesquisador e com os participantes representativos envolvidos”.

A técnica que utilizaremos para a análise de dados será a técnica da análise do conteúdo, tendo como foco as filmagens e as fotos coletadas durante a pesquisa de campo, analisaremos, também, de modo crítico-reflexivo, os espaços do território e da escola Lina Rodrigues, assegurando uma melhor interpretação da realidade dos envolvidos nesta pesquisa.

2 CULTURA POPULAR E COCO DE RODA

2.1 CULTURA POPULAR NO BRASIL

A cultura popular no Brasil tem se processado por meio de textos, músicas, roupas, instrumentos, coreografias, gestos, casas, sobretudo pelos saberes populares. Reconhecer estas manifestações requisita recuperar as matrizes do nosso povo para, vislumbrar com clareza a memória, através da qual, a história de nosso país vem sendo contada, cantada e ensinada, de gerações para gerações. Para FÁVERO (1983, p. 24),

A cultura popular utiliza instrumentos e métodos próprios de trabalho, instrumentos que se estruturam e se definem a partir das necessidades da comunidade a qual se destinam, numa preocupação de atender as suas solicitações, utilizando motivações adequadas a realidade

Ainda, para este autor “a existência humana é existência de pessoa em comunidade, ou seja, comunicação de valores de pessoa a outra”(FÁVERO, 1983, p. 15) e é, sobre esses valores, que a cultura brasileira se firma e se reafirma nas histórias das matrizes do nosso povo, seja ela: indígena, negra ou já da mestiçagem europeia. Estas vivências, juntas, formaram quem somos hoje, como povo de cultura bastante miscigenada.

Todavia, tratar da categoria cultura no Brasil nos exige pensá-la no contexto da totalidade social, ou seja, entenderem que condições históricas, sociais, políticas e econômicas a cultura se forma na sociedade em que vivemos.

Assim, conforme Fávero (1983, p. 15), “a natureza exprime o que é dado ao homem e a cultura é o que é feito pelo Homem” e, dessa forma, tanto um texto como este, como uma casa ou uma dança popular, a exemplo do coco de roda, são formas de manifestações da cultura criadas tanto por homens quanto por mulheres. Fávero, ainda, argumenta que:

A cultura popular é um exemplo do outro de reformismo, do reformismo que é apenas manifestação de uma atitude revolucionária concreta. Ela não é uma adaptação, feito na defesa do passado, as novas exigências surgidas da realidade. Ela resulta, é certo, de uma atividade adaptada às circunstâncias do momento histórico, mas que se adaptam ao futuro (FÁVERO, 1983, p. 16).

Contudo, apesar de reconhecermos a complexidade que envolve estas questões, no Brasil, nossa cultura é elaborada e processada de diversas formas: nossa moradia transmite

cultura, nossos textos transmitem e omitem cultura, assim como as danças populares vivenciadas nos quatro cantos do território brasileiro. Os quilombos, a exemplo disso, são os territórios da nossa nação que carregam em si uma herança africana, rica no que se refere a diversidade cultural, pouco reconhecida em termos de políticas públicas que fortaleçam, cada vez mais, essa matriz formadora de grande parte do povo brasileiro, sendo esse povo os negros e os mestiços de nossa nação.

Mediante estas questões, refletimos sobre os significados do termo cultura? Para os gregos, cultura significava a *PAIDEIA*, ou seja, toda a formação do povo grego em todos os seus aspectos. Já para Laraia (1996, p. 25), o conceito de cultura utilizado atualmente foi definido pela primeira vez no século XVIII por Edward Taylor (1832-1917).

O autor explica que o conceito de Taylor definia cultura:

Em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 1996, p. 25).

Ao abordar a cultura como um conceito antropológico, Laraia (1996, p. 105) também afirma que:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema.

Igualmente, a concepção de cultura popular tem uma gênese, uma trajetória e uma atualidade. É nesse movimento de desenvolvimento que evidenciamos as conexões existentes entre cultura popular e educação popular, considerando que anos 1960 ambas eram tratadas e modo integrado, como se uma se fundisse na outra.

Em conexão com o contexto mais amplo, na América Latina, as classes populares e com os trabalhadores empobrecidos, sem condições de reproduzir dignamente a sua vida material e espiritual, também desenvolveram articulações, movimentos e lutas em defesa dos seus direitos, utilizando-se da cultura popular como defesa, uma espécie de escudo contra a opressão da elite dominadora. Especialmente entre os anos 1960 e 1990 foi se gestando uma concepção diferenciada de cultura popular, se desvinculando da concepção hegemônica da

cultura estabelecida pela burguesia no território brasileiro, a chamada cultura erudita, desenvolvendo uma hierarquia cultural no Brasil, pois como afirma Gruppi (1978),

Uma cultura é subalterna, precisamente, enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classe ainda não consciente de si mesma. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura hegemônica (GRUPPI, 1978, p. 91).

A origem da concepção de cultura é antropológica, pois conforme Laraia (1996, p. 46), “o homem é resultado do meio cultural em que ele foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam”. A cultura popular, dessa forma, decorre do modo de produção da vida em sociedade que, na América Latina e também no Brasil, emerge a partir da luta das classes populares ou nos embates e confrontos dos trabalhadores mais empobrecidos na defesa de seus direitos. Assim, dependendo da organização que integram, os trabalhadores chegam, inclusive a defender e a lutar pela construção de uma nova ordem social.

E, neste sentido que a cultura popular, definitivamente, deixa de ser uma prática neutra e ganha o significado de ato político, como posto nas definições de Gramsci (2004):

Uma pessoa é culta, no significado mais nobre do termo, se por cultura entendamos não simplesmente riqueza de conhecimentos intelectuais, mas capacidade de realizar o próprio dever e de compreender seus semelhantes respeitando todo o princípio, toda opinião, e toda fé que seja sinceramente professada (2004, p. 99).

Evidencia-se, assim, que as possibilidades para formação política com vistas a um agir crítico está intimamente relacionada às lutas de organização das classes populares, nas quais a conscientização sobre o poder da cultura popular tem papel preponderante. É por isso que, segundo Soares (2000, p. 375), “é necessário organizar a cultura criando as condições imprescindíveis à conquista de uma consciência superior”. Tudo isso, indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos como formador e também de voltar a reconhecer que a vivência organizativa e de luta é formadora. Para a cultura popular, o trabalho educativo, tanto na escola quanto dos espaços não formais, visa formar sujeitos capazes de transformar realidades sociais excludentes. É, neste sentido, que ela se constituiu, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação pela cultura.

2.2 CULTURA QUILOMBOLA E A ORIGEM DO COCO DE RODA: CENAS DO BRASIL E DA PARAÍBA

Segundo Almeida (2002, p. 88), a primeira definição do que seria um quilombo está datada de 1740, conceituada como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Para o autor, há uma série de erros neste conceito, inoperante para a conceituação do quilombo na atualidade. Dois séculos depois, na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o quilombo surge como uma remanescente noção, um tanto quanto incômoda aos antropólogos, já que esta indica, por exemplo, algo que já não existe ou que se encontra em processo de desaparecimento. Tal termo, portanto, “deve ser ressemantizado, procurando discutir não o que foi o quilombo, mas sim como essa autonomia foi sendo construída historicamente, logo, considerando o que ele é no presente” (ALMEIDA, 2002, p. 98). Assim,

O termo *quilombolas* traz à tona a historicidade desses sujeitos sociais e dos conceitos que os representam, “*kilombò* significava sociedade de homens guerreiros no Brasil colonial (CALDART, 2012, p. 645).

A denominação *quilombola* passou a designar homens e mulheres, africanos e afrodescendentes, que se rebelavam ante a sua situação de escravizados e fugiam das fazendas e de outras unidades de produção. Refugiando-se em florestas e regiões de difícil acesso, onde reconstituíam seu modo de viver em liberdade, no sistema escravista, o termo *quilombola* passou por releituras e foi adquirindo outros significados, como o de *sujeito de direitos*, resultante de conquistas jurídicas do movimento negro perante o Estado brasileiro, tendo como fonte original o continente africano.

Assim sendo, o quilombo surge como uma forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através das gerações. Portanto, o resgate deste termo aparece como um conceito socioantropológico, não exclusivamente histórico, o que acaba por proporcionar: o aparecimento de novos sujeitos sociais ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra; e, ao mesmo tempo, permite o diálogo com outras etnicidades e lutas sociais, como a dos diversos povos indígenas no Brasil.

Se a fundamentação da definição de um quilombo torna-se inoperante a partir da fuga e da resistência, fuga aqui entendida em um processo histórico no qual os escravos fugiam dos seus senhores, resistir torna-se a pedra de toque para a afirmação étnica destes indivíduos. Resistir às questões de desemprego, à discriminação racial, à posse indevida das terras que

ocupam, entre outras, e retomando o termo remanescente, o que está em jogo é a manutenção de um território como reconhecimento do processo histórico de espoliação.

É a partir da (CF/88) que se reconhece pela primeira vez os direitos à terra das comunidades quilombolas. Em seu art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), consta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1998).

Anos depois, no Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, Art. 2º, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Contudo, a primeira demanda para o reconhecimento destas populações não parte do Estado, mas do reconhecimento de uma identidade diferenciada pelos próprios sujeitos sociais que assim a reivindicam. Nos moldes de uma consciência étnica, o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica, organizada de uma forma política, juntamente com o sentimento de ser diferente, aqui podendo ser entendida como identidade diferenciada, resultando em uma comunhão desses indivíduos que se uniriam e se organizariam socialmente e politicamente, pois segundo Ayala (1987, p. 12): “No Brasil, como em outros países da América Latina, essa tendência é explicada, em parte, pelo fato de serem países novos e dependentes. A procura do típico, é um dos meios de afirmação da identidade nacional”.

Reconhecendo a essas comunidades o direito à terra como direito ancestral, estes sujeitos tornam-se sujeitos históricos e aqui poderíamos incorrer no erro de presumir que os quilombos de antigamente, aqui definidos como quilombos históricos, são os mesmos quilombos que podemos encontrar na atualidade. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção. O termo quilombo até recentemente era de uso quase exclusivo de historiadores que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o passado da cultura popular da nossa nação.

Assim, não cabe mais analisar as práticas culturais populares como sobrevivência do passado no presente, pois independente de suas origens, mais remotas ou mais recentes, mais próximas ou distantes geograficamente, elas se reproduzam e atuam como parte de um processo histórico e social que lhes dá sentidos no presente, que as transforma e faz com que ganhem novos significados (AYALA, 1987, p. 52).

Até 2003, o Ministério da Cultura (através da Fundação Cultural Palmares -FCP) era responsável pelas questões relativas à delimitação das terras, sendo que, após o decreto nº 4887/2003, esta competência passa para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a expedição dos respectivos títulos. Os estudos realizados com as comunidades para a expedição dos seus respectivos títulos de terra são orientados pela Instrução Normativa nº57, de 20 de outubro de 2009. À Fundação Cultural Palmares ficou o encargo de emitir as certidões de autorreconhecimento das comunidades 13 remanescentes de quilombos. Esta, por sua vez, registra a presença de 1820 comunidades de remanescentes de quilombos no Brasil, sendo que destas, 45 se encontram no Estado da Paraíba. Segundo Demestshuk (2013), dessas 45 comunidades, 36 estão passando por um histórico processo de auto-reconhecimento das comunidades quilombolas na Paraíba.

Após 125 anos libertos da escravidão, os remanescentes de quilombos no Brasil ainda lutam por inserção social, políticas públicas, reconhecimento étnico e regularização dos territórios onde vivem. Na Paraíba, das 45 comunidades quilombolas identificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), 36 possuem o Certificado de Auto-reconhecimento, sete estão em processo de reconhecimento e duas ainda não deram entrada. Mesmo assim, os descendentes de negros escravos ainda lutam pelo direito à terra onde seus antepassados trabalharam, viveram e morreram. A única comunidade que está próxima de receber o título de posse das terras onde vivem é a Bonfim, em Areia, faltando apenas a conclusão da desapropriação de uma pequena propriedade. Por fim, há cerca de 5 mil quilombolas no estado e a grande maioria trabalha na agricultura, construção civil e serviços domésticos AACDE, 2012.

Na África, a palavra *kilombô* é originária dos povos de língua banto, e tem a conotação de sociedades guerreiras, constituídas por homens oriundos de diversas linhagens e organizados em estruturas centralizadas de baixa disciplina militar (CALDART, 2012, p. 645).

Em suma, os termos *quilombo* e *quilombola* foram utilizados para caracterizar os sujeitos e grupos sociais organizados em torno da contestação ao sistema escravocrata. Porém, o termo *quilombo* foi traduzido por africanos e afrodescendentes para caracterizarem *seus territórios de resistência* ante o sistema colonial escravista, pois os *quilombolastornaram-se* os seus habitantes, aqueles que se rebelavam contra a situação de escravização e marginalização em que se encontravam: forçosamente inseridos em um contexto de

exploração, submetidos à exaustão, capturados e arrancados de seus territórios originários, comprados e vendidos como mercadorias.

Assim, as comunidades quilombolas são formas de organizações de pessoas e grupos sociais de origem africana que resistiram à escravização a que foram submetidas pelo sistema colonial europeu, inaugurado nos séculos XV e XVI e, nessa relação colonial, a África e a América eram criadas como espaços habitados por povos primitivos, *selvagens* e *atrasados*, enquanto a Europa nascia como vetor da *civilização*, da *modernidade* e de seu desenvolvimento capitalista, projetado como único caminho a ser seguido por toda a humanidade.

Contudo, apesar da classe dominante estimular o acesso e a produção de uma cultura hegemônica, a cultura e a *identidade negra* foram sendo tecidas como instrumentos de afirmação das próprias origens, de sua ancestralidade e de seus saberes. Quando se rebelavam, fugiam e constituíam os *quilombos*, organizavam-se enquanto *quilombolas*, identidade que passava a representar os *sujeitos da resistência*, constituindo, inclusive, uma cultura quilombola. Expressa, por exemplo, em danças como a capoeira e Coco de Roda, sendo esta última uma manifestação cultural típica da cultura quilombola brasileira, a partir da qual são observadas as definições da existência da cultura popular:

1. Pelas relações com os sujeitos;
2. Pela intencionalidade de educar;
3. Pelo processo de ensino aprendizagem de transmissão de conhecimentos dos mais velhos para com os mais jovens;
4. Pelos planejamentos, deliberações e organizações das ideias pedagógicas realizadas.

Trazemos, a seguir, registros de nossas vivências junto às comunidades quilombolas, de modo a ilustrar representações destas manifestações.

1 – Alunos da Escola Municipal Lina Rodrigues-PB dançando Coco de Roda.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Assim, desses povos de direito da nossa nação é que surge a manifestação definida como “Coco de Roda”, que tem origem no Nordeste brasileiro, especificamente no estado de Alagoas. É uma dança popular que faz parte do folclore nordestino, uma mistura de música e poesia, com aspectos e coreografias típicos, destacando-se pela originalidade e pela representação do povo negro no território brasileiro. É dançada de forma expressiva nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Bahia, conhecida como “Coco praieiro, Samba de Coco, Samba de Aboio, Corrido de Reza, Bate - Baú e de Coco de Roda” (VILELA, 1980, p. 15).

Ilustramos esta manifestação da cultura popular, a seguir:

2 – Dança do Coco de Roda – Novo Quilombo-PB.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

A dança do Coco de Roda no Brasil, defendida por folcloristas, é de origem indígena. Porém, outras correntes afirmam que sua criação é africana. Mas, como no Brasil prevalece a miscigenação, é notório que tanto a matriz indígena quanto a matriz africana, são responsáveis pela expressão cultural do Coco de Roda no Nordeste brasileiro, pois nela são encontrados elementos étnicos dessas duas matrizes, sendo impossível destacar maior influência de uma sobre a outra.

Contudo, esse não é o nosso objetivo ampliar este debate, e, sim destacar a sua influência na Educação Popular, pois durante muito tempo essa problemática da genuína origem, deu espaço ao preconceito religioso e ao menosprezo cultural da elite detentora da cultura hegemônica. Novas pesquisas e interpretações são o que destacamos acerca dessa rica manifestação cultural do nosso povo. Esclarecemos, porém, que a mesma será evidenciada no próximo capítulo, no qual será abordada a dança do “coco de roda” existente no município do Conde-PB, assim como perseguiremos a percepção acerca da contribuição dessa manifestação cultural na educação popular, especialmente no vale do Gramame no município de Conde.

2.3COCO DE RODA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IPIRANGA NO CONDE-PB

Antes de abordarmos a manifestação do Coco de Roda Novo Quilombo, faz-se necessário recuperarmos elementos da comunidade onde ele se desenvolve.

Inicialmente, o Quilombo de Ipiranga foi uma terra habitada pelos indígenas da nação Tabajara, povo que sofreu um longo processo de expulsão das suas terras pelos colonizadores europeus. Posteriormente, com o início da escravidão do povo africano no Brasil, os negros tiveram diversas formas de resistência ao sistema escravocrata, uma das mais importantes foi à formação dos quilombos, a qual marca a formação dos territórios negros no Brasil. Ele encontra-se localizado entre o Vale do Rio Gurugi e do Rio Gramame, litoral Sul paraibano, no município do Conde. Há pelo menos quatro gerações este território é habitado por famílias negras descendentes de negros escravizados e é nesse contexto que nosso estudo está sendo desenvolvido.

Figura 3 – Rio Gurugi, que dá acesso às comunidades quilombolas de Gurugi e Ipiranga no município do Conde-PB.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Os povos quilobolas estão inclusos nas populações do campo, a partir da promulgaçãodo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que alterou a definição de

“populações do campo”, incluindo os quilombolas nessa nova definição, como vemos no Art. 1º, § 1º, I, do referido decreto:

Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, *os quilombolas*, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

A comunidade Quilombola Ipiranga-PB organiza, no último sábado de cada mês, a festa do Coco de Roda, que reúne mais de 300 pessoas entre brincantes e simpatizantes. Tal manifestação cultural é considerada como um das mais tradicionais do estado Paraíba. Mantém-se viva esta tradição, há mais de 200 anos, de acordo como depoimento dos participantes do Grupo de Coco de Roda Novo Quilombo. Nele, observamos uma conexão de saberes entre a cultura popular e a educação popular, cujas categorias teóricas têm sido sistematizadas na produção intelectual do educador Paulo Freire. O grupo, que conta atualmente com 1 cantor, 24 dançantes e 3 tocadores, foi fundado há 18 anos pela Mestre da Cultura Popular Viva, Dona Lenita (reconhecida pelo Ministério da Cultura).

Figura 4 – Dona Lenita, mestra do Coco de Roda – Novo Quilombo-PB.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Dele também fazem parte a contra - mestra, Ana Lúcia Nascimento; filha da presidente da Associação da Comunidade Negra do Ipiranga, que, ao longo dessa tradição da cultura afro-brasileira, desenvolve uma práxis entre os saberes e ritmos populares. Sobre estas questões, dialogamos com Brandão (1990, p. 38), quando afirma que “o saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática, a realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento”.

Assim, como vimos na introdução deste texto monográfico, a fim de entender a história desta comunidade, está sendo desenvolvido nosso estudo, estruturado nos moldes da pesquisa-ação. A partir de experiências, anteriores, a exemplo do projeto de Extensão (PROEXT 2013), denominado de “Programa de Etnodesenvolvimento para desenvolver a educação a parti da cultura no Ipiranga-PB”, refletimos sobre o potencial cultural deste território. Defendemos, com isto, que:

A pesquisa-ação faz parte de um projeto de ação social ou de resolução de problemas coletivos; ela supõe que haja apoio do movimento, da organização social, cultural, educacional, sindical ou política na qual está concentrada (WANDERLEY, 2010, p. 57).

Sendo assim, nossa proposta de ação social objetiva propiciar uma formação para o exercício da cidadania e promover debates que possibilitem a compreensão dos pensamentos dos educandos, preservando o conhecimento *a priori* e o desenvolvimento intelectual e individual de cada um. Desse modo, estimulamos uma *práxis* educacional, desenvolvendo a interação entre escola e comunidade, visto que nesse processo envolvemos a Escola Municipal Lina Rodrigues que tem esse nome em homenagem a educadora popular e matriarca da família Rodrigues do Nascimento, que até os dias atuais mantém viva a cultura popular e a educação popular nos quilombos de Gurugi e Ipiranga, no município do Conde-PB.

Nosso projeto está vinculado à compreensão de fenômenos situados no cotidiano escolar e da comunidade quilombola, buscando os significados atribuídos aos sujeitos e as suas experiências de vidas.

Ressaltemos aqui que partimos do pressuposto de que o Coco de Roda dançado, especificamente, no território Quilombola e o poder educacional dessa dança folclórica para esses afrodescendentes traz uma contribuição para o fortalecimento da Educação Popular e da cultura popular na Paraíba. Como afirma Fávero: “A cultura popular pode se concretizar de

mil formas diferentes, todas, entretanto, servem sempre ao mesmo propósito último, que é a educação revolucionária das massas” (FÁVERO, 1983, p. 18).

Podemos, assim, relacionar o “Coco” alagoano de Zumbi dos Palmares ao “coco” Paraibano de Ipiranga pela militância e pela resistência, pois a história contada pelos quilombolas de Ipiranga esclarece que os negros em Palmares iam pegar o coco das palmeiras para retirar a polpa e o óleo da amêndoa, se reunindo em grupos e fazendo desse momento um instante de cantoria, de muita dança com muita ginga, remelexo e de propagação de letras musicais, expressando o desejo de liberdade em meio a escravidão brasileira. Neste sentido, a dança e a música eram utilizadas como instrumentos de conscientização para liberdade, fazendo uso cantoria como uma forma de educação popular.

Figura 5 – Encontro de gerações no Coco de Roda Novo Quilombo-PB.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Vale salientar que, de acordo com os membros do grupo, o Coco do Ipiranga é marcado por dois momentos: o coco antigo e o “Novo Quilombo”. Primeiramente, num tempo imemorable, originalmente, o coco era uma brincadeira entre vizinhos, parentes do Ipiranga e amigos de comunidades vizinhas, como Gurugi, Mituaçu e Paratibe, que eram convidados a fim de comemorar, sobretudo, as festas juninas segundo o calendário católico nos dias de Santo Antônio, São João, São Pedro e Sant’Ana. Estas reuniões aconteciam em ambientes domésticos, cujo principal agitador era Luís de França, considerado o primeiro mestre de coco da comunidade. No entanto, após o seu falecimento e de outros membros de sua geração, o Coco foi deixando de ser realizado, enfraquecendo devido à falta de estímulo e receio em dançar o coco, por parte dos mais jovens.

Depois deste processo, o cenário começa a ser modificado, há cerca de vinte e um anos, quando a comunidade retoma suas manifestações culturais, dentre as quais ocorre a revitalização do Coco. Ressaltamos, no entanto, que este processo de resgate ocorreu antes da certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 8 de setembro de 2006. Concomitantemente a este movimento de retomada do Coco, ocorrem processos de mobilizações sociais para a retomada de terras nessa região. É, neste sentido que o Coco serviu como elemento político de apoio à luta dessas comunidades e das outras vizinhas, pois servia como forma de lazer, de sociabilidade e fortalecimento da identidade destes grupos.

Figura 6 – Comunidade Quilombola de Ipiranga e pesquisadores da Incubes.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

E, então, surge o segundo momento do Coco do Ipiranga, cuja denominação é o “Coco Novo Quilombo”, o qual iniciou com quinze pessoas e, atualmente, reúne vinte e nove pessoas no grupo. Este movimento ascendeu sob a perspectiva da inclusão dos jovens da comunidade, objetivando a perpetuação e a manutenção da tradição do coco que se restringia à localidade. Desse modo, através de um convite para se apresentar na cidade de João Pessoa, o grupo iniciou uma nova etapa, cujo aspecto se dá devido às apresentações fora da comunidade: em escolas, festas em cidades vizinhas, instituições e organizações culturais, proporcionando a atualização dessa tradição. Devido a estas demandas fora da comunidade, alterou-se o cotidiano e a movimentação da comunidade, pois o dia do coco de roda atrai muitas pessoas. Esta movimentação tem confirmado as ações e práticas de resistência, cujo caráter de resistência constituiu-se e no estabelecimento das fronteiras étnicas e na constituição e afirmação de uma identidade diferenciada.

Contudo, o Coco de Roda não tem envolvido, apenas, as pessoas mais antigas da comunidade, tendo em vista que, atualmente, várias crianças participam deste momento. Principalmente dançando, a nova geração da comunidade se faz atuante nesta tradição, que se perde em uma memória individual, mas se encontra imersa em uma memória coletiva a ser investigada. Sujeitos não no sentido de atuarem, de serem intérpretes de um papel que não

criaram, mas por criarem seus papéis enquanto vivem em sociedade, ou seja, enquanto sujeitos históricos e sociais.

Portanto, isto nos leva a pensar na definição da criança como protagonista, já que tanto ela interpreta os sistemas simbólicos que lhes são impostos como também os reconfigura, logo, criando os seus próprios sistemas, pois a cultura não é algo dado, fixo e imutável, mas passível de elaborações, incrementações e ressignificações, tanto de experimentações individuais como coletivas. Neste sentido, configura-se uma criança atuante, possuindo um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais, trata-se de reconhecer que a criança interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações.

Durante a apresentação, o Coco de Roda exerce grande poder de atração para a maioria das pessoas presentes. A roda cresce cada vez que uma pessoa entra no ritmo, impossibilitando a dança, muitas vezes, devido ao tamanho do salão, numa plena movimentação dos passos. Ocasionalmente, algum participante sai da roda, se dirigindo ao centro e fixando o olhar para alguma pessoa. Braços levemente abertos, em um convite, a outra pessoa pode aceitar ou declinar o convite para dançar no centro. Neste momento, o coco demonstra uma parte de sua beleza gestual. Os dançarinos rodam livremente no centro, às vezes ao som de palmas ritmadas com a zabumba e o ganzá e, em algumas ocasiões de pessoas queridas na comunidade e que dançam muito bem, ovacionados, com brados de agitação que instigam os participantes a pisarem mais forte e a rodarem cada vez mais.

Cabe, agora, destacar duas importantes características do Coco de Roda da Comunidade Ipiranga: as vestimentas utilizadas, sobretudo pelas mulheres; e, a estrutura musical, que extrapola um “simples” arranjo de notas e sílabas para uma forma de comunicação entre os participantes.

Figura 7 – Saias rodadas das alunas da Escola Municipal Lina Rodrigues-PB e integrantes do Coco de Roda.



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Ao observar o Cocode Roda, podemos notar que alguns participantes utilizam vestimentas semelhantes. Destacam-se, sobretudo, as mulheres e as suas saias, com estampas de flores ou à semelhança de retalhos também com flores, explodindo em cores a cada vez que uma participante dança no centro da roda. Longe de ser uma mera coincidência, ou uma simples padronização para apresentação do grupo, encontramos um motivo específico para tal fato. Comenta-se que os tecidos utilizados para as roupas, antigamente, eram de baixa qualidade, chamados de “chita”. As roupas de “chita” tornavam-se uma espécie de critério de reconhecimento de indivíduos com baixa renda, as estampas coloridas do tecido de “chita” permanecem e sobrevivem, nas saias do coco de roda, como um critério de reconhecimento, mas não de pessoas consideradas pobres, mas de quilombolas que possuem o Coco de Roda como tradição e como forma de manifestação da cultura popular, que também pode expressar aspectos constituintes de uma educação popular, visto que busca resgatar suas raízes histórica e cultural, não só através da preservação da dança mas, também, dos elementos ou símbolos que a representam.

3 EDUCAÇÃO POPULAR:

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

O processo de construção e de desenvolvimento da Educação Popular, do modo como conhecemos, atualmente, passa não só pela perspectiva crítica dos educadores, mas, também, pela conjuntura em que o país vivia no contexto das décadas de 1950 e início de 1960, pois esta deixa de estar vinculada e de ser compreendida como uma simples educação para o povo (por vezes imposta de maneira autoritária) e, sim, como uma educação aberta com o povo, ou seja, desvinculando-se a perspectiva que a associa apenas à instrução, norteando-a para que esta se situe enquanto prática que estimula a criticidade dos sujeitos, considerando o saber popular.

A educação popular, segundo Manfredi (1984, p. 40) pode ser entendida como um processo “que permitiria às classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não [...] como instrumento ideológico empregado pelas classes dominantes”.

Paulo Freire foi o educador que desenvolveu uma produção escrita, a partir de práticas realizadas no âmbito da educação popular, tornando-se referência desde a década de 1960. De acordo com Gadotti (1996, p. 35), Freire “propôs uma educação de adultos que estimulasse à colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política”. Além disso, já explicitava o respeito ao conhecimento popular.

Nas práticas de educação Popular o exercício da criticidade vai ser reforçado pelo diálogo enquanto maneira de reflexão, que parte dos próprios sujeitos debruçados sobre as suas experiências, seus espaços comuns de interação e de seus olhares sobre a realidade que lhes é apresentada, vivida e sentida.

No Brasil, diversos acontecimentos históricos contribuíram para o direcionamento tomado pela atividade educativa que, desde sua origem, sofreu influência do tipo de colonização e dos processos de desenvolvimento interno do país e das políticas externas.

No século XX, entre os anos de 1930 e 1960, período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo, as atividades educativas, de acordo com Bezerra (1984), eram fundamentadas na alfabetização, na educação de base e na cultura popular, elementos que se voltavam apenas para a instrução e não para ao desenvolvimento de uma conscientização crítica. Na verdade, a autora explica que somente as atividades dos grupos preocupados com a cultura popular, se voltavam para “a afirmação de uma cultura verdadeiramente nacional, a

luta contra a invasão cultural, contra o imperialismo e a desnacionalização, a democratização pela valorização da expressão cultural e política das camadas populares” (BEZERRA, 1984, p. 33). Em 1964, ano em que se deu início a um dos períodos mais obscuros do país – a Ditadura Militar –, se tem o retrocesso não só dos direitos civis e políticos, mas também do processo de desenvolvimento da Educação Popular, pois esta é tida como uma prática subversiva, em meio a esse contexto de repressão, tortura e recessão de direitos.

Nas décadas de 1970 e 1980, tem-se uma prática educativa de cunho populista e não popular, que expressada, principalmente pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), cuja preocupação central era apenas a alfabetização de adultos, sem a preocupação com a formação de uma criticidade.

A educação popular e a cultura popular, que guarda uma tradição de ensinamentos, podem elevar o ser humano à busca pela conscientização do indivíduo, perspectiva que pode ser absorvida pelas futuras gerações. Com seu caráter interdisciplinar, a educação popular pode favorecer a reflexão do sujeito social sobre sua realidade de vida e, com isto, estimulá-lo a refletir sobre si e sobre o outro.

Contudo, criar uma nova cultura não significa apenas fazer, individualmente, descobertas “originais”; significa, também, difundir criticamente as descobertas, “socializá-las”, por assim dizer; transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

O fato de que uma multidão seja estimulada a pensar criticamente a realidade presente é um fato cultural bem mais importante e original, do que a descoberta de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.

Apesar disto, o encaminhamento para o ensino crítico da educação popular não se reduz à defesa de um saber estritamente ingênuo, muito menos, em trato exclusivamente pedagógico conformista. A educação popular é questão eminentemente concreta, fruto da prática social, marcadamente contraditória, pois é resultante de conflitos entre as classes sociais e é isso que estimula os sujeitos sociais a se tornarem sujeitos históricos-sociais, ou seja, não apenas assistir dos acontecimentos históricos de nossa sociedade, mas, sim, fazem parte dele, como protagonista na luta por um mundo mais justo e igualitário.

Diante do exposto, levantamos a discussão da possibilidade de conexões entre saberes da cultura popular e da educação popular, pois ainda hoje persiste o preconceito que marca esta relação, pois essa junção não pode ser vista, unicamente, como sendo apenas manifestações do senso comum, no que diz respeito a manipulação da classe dominantes em

relação a sociedade, até por parte da sociedade burguesa, que não concebe tais conexões com a relevância devida para a construção de uma sociedade mais digna.

No entanto, em relação esta perspectiva como ponto de partida para a aquisição do direito pela cidadania, há mais de 50 anos, no Brasil, nasceu a educação popular, que se tornou um paradigma educativo de resistência, devido às reflexões sobre a realidade visando uma educação libertadora. Prevalece a utopia de que a educação popular pode nos libertar, oferecendo confiança para defender nossas ideias e nossa consciência crítica, destacando o ponto de vista e defendendo o direito que leva a razão a natureza do pensamento do sujeito social autêntico e personificado livre da opressão.

A educação popular, a partir de diálogo como um horizonte teórico-metodológico dialético, une o discurso e a prática em prol de um aperfeiçoamento do social, negando o conformismo e a opressão da classe dominante. Na direção desta educação, devemos nos questionar sobre nossas escolhas para, assim, acreditamos nas nossas potencialidades e, partir disto, defender nossos pontos de vistas, enfrentando o conformismo imposto pela ideologia dominante. A Educação Popular não nos dá somente confiança para desafiar a ideologia dominante, às crenças e às tradições da elite. Também nos faz desenvolver nossas próprias ideologias, que podem ajudar a nos destacarmos diante da alienação das massas existente nos dias atuais.

A proposta da educação popular é a de tornar o indivíduo menos passivo e menos inclinado a seguir os preceitos da ideologia dominante. O inspirador na educação popular é a ideia de que todos podem pensar criticamente ou, mais que isso, todos têm a responsabilidade de pensar criticamente, pois uma vida sem reflexão crítica não vale a pena ser vivida, considerando que: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 2000, p. 43). Além disso,

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem- sujeito (Ibidem, p.44).

Vale salientar que Paulo Freire elaborou uma proposta teórico-metodológica para o trabalho de alfabetização de pessoas jovens e adultas, por meio do qual, através do diálogo, estas aprendem, de maneira crítica, criativa e autônoma, a rever próprio mundo social que as

fez. Freire foi um educador conectivo, um homem do diálogo, que sempre soube escutar seus interlocutores, isto é, um construtor de diálogos.

Para Freire (1998), o ato de ler é importante no sentido de o homem e a mulher conhecerem o mundo e, ao compreenderem os elementos constituintes de sua cultura, se tornar seres livres para pensar, falar, para viverem como donos de seus próprios destinos. Eis o sentido de um trabalho político, por meio da cultura e de um trabalho crítico por meio da educação. Esse é o sentido de um educador conectivo, que nos deixou em 1997, mas que sempre será lembrado, por causa de ideias que trouxeram um novo sentido para a Educação. Vejamos como o mesmo definia o homem no mundo:

Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 2000, p. 47).

Em “Educação como prática para a liberdade”, o autor contextualiza o momento de transição em que a obra é escrita e menciona como o processo acelerado da modernidade reflete na sociedade, sugerindo uma linearidade, em detrimento da liberdade que os sujeitos podem adquirir, em um processo de reflexão e pela sua influência direta com a educação. Nesta obra, reflete, também, sobre a forma como o homem se integra na sociedade e, para justificar esse argumento, assevera que a interação entre os indivíduos é necessária para efetuar mudanças de uma época para outra, portanto, o agente epistemológico dessa transição são o homem e a mulher. Sendo assim, a cultura popular e a educação popular estão diretamente relacionada se enraizadas na história do nosso povo, necessitando de uma constante reflexão, através das raízes culturais, a fim de que a sociedade possa atingir uma concepção cultural, social e histórica, conforme reflete a citação que segue:

Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da História e o da Cultura (FREIRE, 2000, p. 49).

Esse processo filosófico e sociológico gira em torno de um mesmo princípio, segundo o qual, há uma vontade de transformar verdades inseridas por um processo de imposição, em que os sujeitos são submetidos aos dogmas normativos da sociedade, em verdades construídas

gradativamente, na relação do sujeito com a natureza, a partir do conhecimento de mundo que cada sujeito adquire.

Situada nesse contexto, a concepção construída pelos indivíduos reflete no existencialismo dos sujeitos, que emergem rumo à liberdade, sendo ele o próprio fio condutor que vai ligar a sua vida normativa a sua vida racional (a razão), fazendo com que o racionalismo adquirido nesse processo possa integrá-lo em um pequeno ciclo intrínseco a outro maior.

Quando se pensa em objetivos para o a educação popular nos dias atuais, parece que os objetivos seriam o de dar oportunidades e possibilidades de transformação do indivíduo a partir da sua conscientização que é caracterizada como uma experiência com o pensamento conceitual, isto é, que está relacionada com sua prática.

Assim, para que a educação popular supere as carências básicas da educação, em seu contexto interdisciplinar, devem-se desenvolver técnicas didáticas, pois o educador popular não pode se abater por condições que geralmente são precárias. O desejo de mediar discussões deve superar o contexto das dificuldades da realidade para que se possibilitem mudanças. Certamente, isso ajudará a combater as dificuldades e a deficiência educacional que temos em nossa sociedade, porquanto o educador popular deve determinar experiências que possam ser desenvolvidas para combater as carências e, então, prosseguir nos estudos básicos e experimentar o ensino nessa perspectiva crítica. Isso acontecendo através do diálogo investigativo do aluno com o a realidade a sua volta e consigo mesmo, em um movimento de investigação filosófica, na busca de elaborar conceitos e categorias que possam dar conta de seus problemas. Assim, o jovem e o adulto, além do pensamento crítico do cotidiano, poderiam usar o pensamento filosófico para recriar-se a si mesmo e ao mundo através da *práxis social*.

Na educação popular, existem caminhos que podem ser trilhados, entre eles, o exercício do pensar, pois esse deve ser desenvolvido sob uma nova perspectiva. Por isso, entendemos que a educação popular é o saber determinado pelo povo, ou seja, cada ser pensante dá sequência à educação popular, dando um início àquilo que ele determina ação educativa, todavia não qualquer saber, não se trata do senso comum, mas sim dos saberes aprendidos em suas vivências ou repassados por outros sábios de geração em geração, isto é, os saberes populares.

A relação entre a cultura popular e a educação popular pode ser fundida, estabelecendo uma continuação. Com novos estilos e com o auxílio das novas tecnologias, a educação popular desenvolve aquilo que é de certa forma sempre um recomeço na educação popular,

que sempre é retomada pela cultura popular e que, tradicionalmente, supera modelos anteriores.

A poesia, os contos, as músicas, os livros e os filmes que representam a cultura popular e a educação popular são elementos que podem ser utilizados para essas mudanças. É fundamental que o educador se aproxime, cada vez mais, dos universos da cultura popular para que, depois, o cotidiano social seja realmente modificado pela *práxis* estimulada pela educação popular.

E o cotidiano realmente deve ser o cenário dessa aproximação, a fim de que todos os envolvidos nesse processo possam tomar a cultura e a educação como verdadeiras formas de ver o mundo. Nesse contexto, temos a dialética discutir os temas pertinentes a realidade dos sujeitos aprendentes, possibilitando a tomada de consciência sobre os assuntos em questão, estimulando a pensar e a refletir. Nesta abordagem o tema é transformado em um problema, e por meio de uma questão problematizadora, busca-se refletir sobre um determinado contexto. Essa etapa é responsável pela condução da experiência filosófica de pensar no agir no mundo.

É a partir dessa problematização que determinados temas podem ser questionados, criando-se um movimento em direção a possíveis mudanças. Esse movimento possibilitará a representação de ideias e, assim, pode-se ter consciência crítica sobre os problemas para poder superá-los. Essa é, pois, uma tarefa fundamental da educação popular para motivar mudanças. Reconhecendo, inclusive, que nem toda mudança virá da luta de pequenos grupos, visto que uma efetiva transformação social da sociedade capitalista depende das lutas de classes.

Ressaltamos, ainda, que Freire iniciou essa militância porque passou por problemas. Para ele, a sua realidade estava repleta de problemas. Portanto, pode-se dizer que ele iniciou aquilo que hoje tentamos fazer, ter o problema como partida e a conscientização como chegada para uma nova partida que é a ação para a mudança do indivíduo consciente de si e dotado do poder de mudança. É necessário, que assim como foi para Freire, que, a partir dos problemas, cheguemos à construção de outro mundo possível. E depois de enxergamos a esse mundo possível e melhor, subsequentemente, encontramos ferramentas e soluções na nossa própria história de luta e resistência do povo brasileiro.

É a efetivação dessas atitudes, pode-se dizer que é o que seria a forma de recriar novos caminhos de ligação entre a cultura popular e a educação, entre a escola e as comunidades, entre os professores e os alunos, entre os governos e o povo.

Afinal, pensar sobre os desafios e perspectivas da educação popular na história do Brasil e hoje na realidade política nacional não é apenas em uma dimensão só do observador, mas o próprio ato de pensar que esse observador é agente de mudança e perguntar que sentido

tem pensar algo que está errado e não tentar modificar essa realidade, e pensar o que aconteceria se pensássemos diferentemente e agíssemos diferentes em prol de mudanças.

E isso são experiências fundamentais para o futuro, pois é notório que existem boas perspectivas para a educação popular, mas lembrando que só na militância é que o novo pode surgir e que, a exemplo de muitos países da América do Sul e Caribe, ainda temos que desenvolver as habilidades de leitura e de escrita, em um ensino que prioriza o exercício do pensamento, pois se lê mal e se escreve mal em nosso país. Então, a educação popular deve também assumir essa perspectiva de vencer a aversão à leitura e à escrita, pois a educação popular está relacionada à sociedade, através do pensamento da reflexão e dá ação e os sujeitos devem ser capazes de proceder a essa reflexão devem ser críticos, transformadores e políticos. Nesse contexto, deve promover uma transformação nos meios social, acadêmico e pessoal, estabelecendo os princípios de justiça, cidadania e sociabilidade entre os indivíduos de uma sociedade.

3.2 ELEMENTO CONSTITUINTE DA EDUCAÇÃO POPULAR COM O DIÁLOGO

No decorrer deste tópico, apresentaremos algumas considerações sobre algumas categorias constituintes da educação popular, pois, de acordo com Abbagnano (1998), em geral, qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às *categorias* é realista, pois elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade.

Os elementos constituintes da educação popular, a exemplo do diálogo, conscientização e conhecimento popular, *práxis*, participação e luta, Beiseigel (2008) destaca que o processo de alfabetização de adultos não se resume apenas em alfabetizar, mais sim em dar condições da realidade do povo.

Então, partir do *diálogo*, já que, para grande parte do pensamento antigo, não é somente uma das formas pelas quais se pode exprimir discurso filosófico, mas a sua forma típica e privilegiada, isso porque não se trata de discurso feito pelo filósofo para si mesmo, que o isole em si mesmo, mas de uma conversa, uma discussão, uma pergunta e uma resposta entre pessoas unidas pelo interesse comum da busca da forma natural no diálogo. Também consolida a superioridade do diálogo como forma literária, que procura reproduzir o ritmo da conversação e, em geral, da investigação conjunta, está presente de modo mais claro em todas

as formas da *dialética* e não se pode dizer que esteja totalmente ausente da indagação filosófica, mais do que qualquer outra, proceda através da discussão das teses polêmicas incessantes entre as várias diretrizes das pesquisas.

Mais que isso, o diálogo expressa uma educação que estimula a consciência crítica e que aqueles que tardiamente aprenderam a ler e a escrever possam a partir da educação de jovens e adultos também reler e reescrever o seu mundo. Que com o uso da leitura e do diálogo os envolvidos com a Educação Popular compreendam melhor o seu ser; respeite o outro e assim transforme o seu mundo.

3.3 A EDUCAÇÃO POPULAR HOJE: desafios e perspectivas

No que se refere às perspectivas da Educação Popular, as implicações no processo de globalização estão se dando com grande avanço nos últimos anos e a construção de saberes e práticas interculturais estão sendo tratadas como possibilidades de interação entre as diversas formas de compreender os fenômenos culturais e educacionais hoje.

Segundo Wanderley (2010), estas implicações se dão no contexto micro e macro e nas relações existentes no local e no global. Quando se trata do conceito de micro está se falando das relações promovidas pela transformação social que a Educação Popular dá aos envolvidos, na busca pelo conhecimento e por todas as relações íntimas envolvidas no cotidiano escolar e comunitário na educação formal e informal. E quando se trata das relações macro, observa-se o avanço de políticas públicas facilitadoras de uma busca igualitária pela educação para todos e o respeito estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se deixa claro que o direito à educação é um bem comum a qualquer pessoa.

Já nas perspectivas local é onde as ações da Educação Popular realmente podem ser consideradas como uma busca pela conscientização do homem, pois o autor acredita que o homem consciente é aquele que vive a história de sua época e não se acomoda com as dificuldades encontradas no seu caminho.

Agora, se tratando de aspectos globais, é notória a revolução cultural que está se passando no mundo contemporâneo, pois um educador popular deve agir no local e pensar no global, pensar as possibilidades que a tecnologia da informação pode lhe dar e pensar como buscar práticas que estabelecerão uma busca justa pela cidadania e por uma sociedade global mais igualitária.

E, assim, tanto a educação popular como a cultura popular vai se firmando como teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural.

As primeiras teorizações e práticas educativas alternativas foram as dos socialistas, anarquistas e comunistas e remetiam aos processos formais e não formais de cultura para educação a partir de uma concepção educativa que tinha elementos de diferenciação tanto da pedagogia tradicional quanto da pedagogia da Escola Nova que ia emergindo:

Com a Revolução de 1930, o Brasil passa pela ditadura do Estado novo (1932-1945) e pelo chamado “breve período democrático”. É nesse período, no confronto entre projetos para o Brasil, que mais uma vez emerge a concepção de educação popular, com a criação dos movimentos de educação popular (CALDART, 2012, p. 282).

Duas orientações pedagógicas, estreitamente ligadas às forças políticas e às disputas pela direção do desenvolvimento, confrontavam-se à pedagogia tradicional, a pedagogia da Escola Nova e a concepção de educação popular com forte influência na cultura popular e nas teorias de Paulo Freire. E nesse momento do processo histórico brasileiro, a educação popular toma a forma do que ficou sendo conhecido como “a cultura popular dos anos 1960” (FÁVERO, 1983, p. 17).

O Golpe de 1964 representa a opção por um projeto de desenvolvimento cada vez mais associado e subordinado ao capital internacional. No contexto da ditadura, sob a influência das teorias crítico-reprodutivistas e de desescolarização, ampliam-se as análises do Estado e da escola como aparelhos de reprodução da ordem capital.

As expressões do povo como sujeito de sua história de conscientização e de organização, protagonismo do popular, causam transformações políticas de finalidade da educação e os métodos prática-teoria-prática, ver-julgar-agir e ação-reflexão-ação representam a orientação das práticas educativas desde a concepção da cultura popular estabelece-se, desse modo, o vínculo entre a educação, a política e a cultura, educação em busca de um novo projeto de sociedade.

Nessas perspectivas, o relatório global sobre aprendizagem de adultos da UNESCO (2010) destaca o grande fenômeno intercultural que é a Educação Popular no mundo e, esse mesmo relatório, destaca a grande diversidade étnica e a grande pluralidade dos povos e das nações que fazem uso da Educação Popular para a superação das dificuldades impostas pelo capitalismo e por toda pressão mundial em prol do desenvolvimento. Aqui, no nosso

Continente, o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), é o responsável pela grande articulação entre os países latino-americanos pela democratização da educação no novo mundo.

Carlos Rodrigues Brandão, referência na área da educação popular, publicou um artigo na Revista Latino-Americana *La Piragua (ano)* destacando o resgate histórico da militância latino-americana em busca de uma unidade continental em prol da Educação Popular que foi republicado em Irelemo e Pontual (2006), no qual se destaca o considerável avanço da Cultura Popular e da Educação Popular nas últimas décadas. Brandão destaca o compromisso que temos com a história e com as perspectivas para o futuro da educação no nosso continente, afirmando a dualidade existente na história das conquistas dos nossos povos, dualidade essa que divide as classes e coloca a sociedade em um confronto da elite x pobre, o popular x clássico, o dominador x dominado e o conscientizado x alienado. Revela, ainda, que só a luta das massas das camadas populares é que poderão romper esse dualismo.

Nesse contexto, na crítica a esse sistema, estão sujeito social como sendo o fio condutor do conhecimento e sendo esse sujeito o detentor de analisar, compreender e de criticar aquilo que lhe é exposto, levantando a hipótese de que as coisas são, enquanto são, ou seja, que por traz das aparências das coisas podemos observar outras aparências, e, assim, aquilo que é para um uma verdade, para outros não são.

Atualmente, se pretende que a educação popular possa dar às pessoas, ao menos, a condição de refletir sobre as verdades das quais se acreditam e as verdades que lhe são impostas e, com isso, as pessoas possam se interrogar e formular melhor seus discursos e suas posturas sobre na sociedade do capital. A interpretação das coisas como são é um ponto de partida para que com a sabedoria popular somada à científica possa se avaliar a realidade exposta e identificar os valores que para muitos não são.

A análise atual da educação popular em seus desafios e perspectivas está na forma como as pessoas observam a realidade. Ser justo para um, não é ser justo ao outro, ser benéfico aos prazeres do homem pode não ser benéfico à vida do próprio homem e o que é defeituoso a uma cultura pode ser considerado o ideal a outra cultura e, esses conceitos, sendo analisados pelo olhar crítico da educação popular. Esta é uma grande problemática na sociedade contemporânea, pois deixa claro que a realidade de um povo tem que ser compreendida pelo seu próprio povo e que os sujeitos é que têm a responsabilidade em se autoanalisar para que, com isso, possam deixar para as futuras gerações um legado que priorize o autoconhecimento e que a busca pela verdade está na relação do sujeito com o mundo e que é ele que tem que mergulhar nesse universo, pois é o sujeito a medida de todas

as coisas e também o condutor das transformações e, conseqüentemente, o poder de analisar criticamente o seu ser, o do outro e as coisas que estão expostas no seu mundo e na sua realidade.

As pesquisas na área da educação popular devem ter o caráter de *práxis*. Com registros atuais como ponto de partida e os de intenções de mudanças na prática, na ação do homem como ser de ciência e com as reflexões filosóficas para se adquirir conhecimento do homem empírico em busca de conhecimento científico, pois a vontade dos que fazem a educação popular devem ser o de conhecer, produzir e relatar novos conhecimentos sobre a realidade dos indivíduos que vivem em comunidade, a fim de transformar a realidade social. Mas, como desenvolver isso? Sendo criterioso com a razão, sendo crítico com a especulação e buscando sempre uma lógica argumentativa que supere as sensações, as percepções e representações ingênuas do mundo real, interpretando as coisas pela ciência e pelo conhecimento adquirido ao longo dessa caminhada da educação popular na América Latina. Observar o caráter próprio específico sobre a educação popular na propriedade que exista e que defina o que realmente é a educação popular e nas relações com sujeitos com os outros e com as subjetividades para que se afirme sempre intenção de educar e que se garanta uma aprendizagem que valorize transmissão do conhecimento sempre pautada em decisão prévia com planejamento e deliberação nas organizações das ideias pedagógicas que norteiam a educação popular sempre avaliando se o processo ensino aprendizagem passando de geração por geração é que fomentem novos fenômenos educativos.

É preciso superar os conformismos, sair do reduto dos discursos e considerar as conexões de saberes existentes entre o conhecimento popular e conhecimento científico para poder superar as dificuldades existentes na educação popular em busca de um “triplo processo” de humanização, socialização e singularização, pois educação não é um privilégio e sim um direito. Assim, compreender que refutar não seja apenas negar a existência de algo e, sim, a possibilidade de ratificar também, mediante a possibilidade de confirmar a existência de algo, analisando detalhadamente o real e refazendo categorias que afirmem possibilidades de novas perspectivas para o real com práticas próprias e com relações intersubjetivas com intencionalidade para uma aprendizagem sistematizada na formação do sujeito para participação no cotidiano cultural e educacional em suas relações, pois, culturalmente, o que existe no cotidiano cultural hodierno são culturas paralelas e distintas que socialmente são complementares umas das outras e que não se negue nunca a questão fundamental que é a da política, pois a educação popular no contexto de hoje deve se preocupar com que conteúdos ensinar, a quem ensinar, a favor de quem ensinar, contra quem ensinar, como ensinar.

A realidade existe antes mesmo de ser pensada ou mesmo se não é pensada e as categorias da educação popular sem organização não trazem mudanças a essa realidade concreta que só se apresenta após uma análise teórica e reflexiva nas ordens das categorias que são dadas de acordo com as necessidades. Então, a partir disso é que deve surgir uma mudança e não um simples receituário de métodos e formulações de repetições daquilo que já foi especulado por pensadores da educação popular em tempo atrás, pois a realidade não é compreendida em uma forma rígida, e sim em extrema mudança cotidiana. E, assim, espera-se que a educação popular, nessas novas perspectivas continentais de articulação, possa se destacar como uma educação que venha do povo com um caráter de criticidade histórico dialético e uma educação como base na comunidade e uma educação popular que não possa ser confundida com uma educação informal sem intencionalidade de ser. E sim com condições de existência das camadas populares e práticas de grandes e importantes mudanças sociais que tragam proposta de trabalho e atividades de concretização da prática nas formas de organização do trabalho em um processo de conhecimento partindo das discussões e de encaminhamento do povo com perspectivas crítica e ações vinda de *práxis* nas raízes dos fatos sociais do próprio povo das quais de condições de existência e de superação das fronteiras sociais que influenciam o mercado de trabalho e o mercado alienante da cultura das massas, que nesse mundo contemporâneo o domínio público da educação popular seja em busca de um sentimento da educação com os conceitos ético, político, técnico, cooperativo, associativos de nosso povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Sendo assim, esse estudo foi realizado com o objetivo de propiciar uma formação para o exercício da cidadania e promover debates para a compreensão dos pensamentos dos estudantes, preservando o conhecimento a priori e o desenvolvimento intelectual e individual de cada um. Desse modo, possibilitaremos uma *práxis* educacional desenvolvendo a interação entre escola e comunidade.

Pois nosso projeto está vinculado à compreensão de fenômenos situados no cotidiano escolar e da comunidade quilombola, buscando significados e atribuídos aos sujeitos e as suas experiências de vidas, num enfoque filosófico e antropológico.

Acreditando não ser possível desvincular nossa visão de mundo e a intencionalidade de nossas vivências enquanto docente e pesquisador, realizamos uma breve revisão da literatura com o objetivo de delimitar o referencial filosófico e antropológico que fundamenta a elaboração do nosso projeto de pesquisa para o desenvolvimento local.

Baseado no estudo humanístico da Educação Popular na esfera do conhecimento, centrado na Educação Popular, está transitando uma nova linguagem filosófica, cuja função possibilita a compreensão e a interpretação de ser cidadão. Sendo assim, temos que acompanhar essas transformações, pois a educação do nosso país precisa da filosofia para manter vivos os valores éticos, morais, culturais, sociais e genealógicos da sociedade.

Portanto, essa pesquisa-ação possibilitou a todos os envolvidos no processo educacional uma busca justa e cidadã para conceitos fundamentais como virtude, justiça, dignidade humana e espírito de equipe. A filosofia tem a responsabilidade de possibilitar a integração entre os humanos e a autonomia, a fim de tornar os cidadãos em seres livres de opressão. Para isso, veremos nitidamente a convicção, o sentido, as normas e os valores reafirmando nos pontos dessa pesquisa-ação com as categorias da Cultura Popular e da Educação Popular como objeto do nosso estudo apontando como perspectivas as políticas públicas de valorização do território quilombola e como também a necessidade de uma formação de professores para atuar em territórios tradicionais como se refere a Lei 9.394-LDB, Lei de Diretrizes de base da educação nacional.

REFERÊNCIAS:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1966.
- AYALA, Marcos. *Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise*. São Paulo: Ática, 1987.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a teoria e prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Liber Livro, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. 8. ed. Brasília: Brasiliense, 1990.
- BRASIL. *Lei nº 9.394 – LDB (Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional)*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. Secretaria Especial e Políticas de Promoção de Igualdade Racial. *Resoluções da II CONAPIR*. 2009.
- CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CAVALCANTE, Maria Helena Pereira. *Uma história do Conde*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. *Cadernos de Educação Popular*, Petrópolis, n. 1, 1987.
- DIONNE, Hugues. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Brasília: Liber Livro, 2007.
- FÁVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GADOTT, Moacir (Org.). *Paulo Freire: uma bibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996.

GALLO, Sílvio. O que é filosofia da educação? Anotações a partir de Deleuze e Guattari. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22., 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: GT Filosofia da Educação, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. 3.Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JAERGER, Werner. *PAIDEIA: a formação do homem grego 1888-1961*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACHADO, Aline Maria Batista. Práxis, consciência de práxis e Educação Popular: Algumas reflexões sobre suas conexões. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, n. 42, 2007.

_____. Serviço Social e Educação Popular: diálogos possíveis a partir da perspectiva crítica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MARCEDO, Roberto Sidnei. *Etnopesquisa Crítica etnopesquisa-formação*. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

MELLO, Marco. *Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao Gesto*. Porto Alegre: Isis, 2005.

MELO NETO, José Francisco de. *Universidade popular: texto para debate*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 11.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1996.

LÉO NETO, Nivaldo Aureliano *et al.* *As Flores de (I)Piranga: etnicidade e territorialização em uma comunidade negra no litoral sul da Paraíba (Relatório Antropológico de Delimitação Territorial)*. João Pessoa: INCRA. 2012.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Paraíba. *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba – Volume 3: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. João Pessoa: 2006.

_____. Secretaria de Educação. *Referências Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba: volume 3*. João Pessoa/PB, 2007.

PIMENTEL, Altamar de Alencar. *Coco de Roda: edição revisada e ampliada do Coco Praieiro*. João Pessoa: Fundo de incentivo a cultura Augustos dos Anjos, 2004.

PLATÃO. *República*. Coleção: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

RICHARDSOM, Roberto Jarry. *Pesquisa-ação: princípios e métodos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias da idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, Rosemary Dore. *A concepção Gramsciana do Estado e o debate sobre a escola*. Porto Alegre: UNIJUI, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

VILELA, Aloisio. *O coco de Alagoas: origem, evolução, dança e modalidade*. 2. ed. Maceió: UFAL, 1980.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educação popular: metamorfose e veredas*. São Paulo: Cortez, 2010.

WINCH, Chistopher. *Dicionário de filosofia da educação*. São Paulo: Contexto, 2007.